



ESCÂNDALO DO INSS

Governo centra fogo na gestão Bolsonaro

Alvo da oposição, Planalto tenta reagir responsabilizando ex-presidente por não ter investigado e barrado o esquema de fraudes

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo federal tenta uma reação ante o escândalo do INSS, que tem sido amplamente explorado pela oposição. Ontem, ministros e outras autoridades usaram uma coletiva de imprensa no Palácio do Planalto para apresentar o programa de ressarcimento às vítimas, listar novas ações contra as 12 entidades acusadas de fraude e responsabilizar o governo Bolsonaro por não ter investigado e barrado o esquema criminoso. A crise é uma das maiores já enfrentadas pela atual gestão, e governistas temem o impacto na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está no menor patamar dos seus três mandatos.

Participaram da coletiva os ministros Wolney Queiroz (Previdência), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria-Geral da União), além do presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior. O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, acompanhou o anúncio de fora da mesa. Com discurso alinhado, eles voltaram a destacar que foi o governo Lula que investigou os descontos ilegais. E ressaltaram especialmente o desmonte feito por Bolsonaro na Previdência.

“O presidente Lula, em uma das conversas, me disse textualmente que o nosso governo é um governo que reconhece direitos, que concede benefícios a quem tem direito e me determinou que fosse às últimas consequências na apuração das responsabilidades, na busca daqueles que são culpados, e que eu cuidasse dos nossos aposentados para que nenhum fique em qualquer tipo de prejuízo”, discursou Wolney, que assumiu o cargo aberto com a demissão de Carlos Lupi, provocada pelo escândalo.

O governo está sob fogo da oposição pela demora na investigação das fraudes, pelo aumento dos descontos na gestão atual e pela demora na apresentação de um plano de ressarcimento. Apesar de a medida ter sido anunciada ontem, ainda não há uma previsão sobre quando as vítimas vão receber o dinheiro de volta (leia reportagem na página 8).

A estratégia do governo é tentar jogar a responsabilidade para

Daniel Estevão/AscomAGU.



Wolney, Messias, Sidônio (em pé) e Carvalho na coletiva no Planalto: governo tenta contornar a grave crise deflagrada com o escândalo

Entidades investigadas

Veja quais são as 12 associações suspeitas

- » Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB)
- » Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo)
- » Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (Ambec)
- » Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)
- » União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (Unaspub)
- » Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (Aapen)
- » Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Asbrapi)
- » Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (Asabasp)
- » Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (Ap Brasil)
- » Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap)
- » Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (Apdap Prev)
- » Caixa de Assistência de Aposentados e Pensionistas do INSS (CAAP)

Bolsonaro, já que a maioria das associações envolvidas foram criadas após 2019, quando o esquema ganhou força. O ex-presidente também desmontou órgãos fiscalizadores e sancionou lei aprovada pelo Congresso em 2022, que acabou com a exigência de revalidação periódica para a autorização dos descontos.

A ofensiva de ontem coube ao ministro Jorge Messias. “Está muito claro que uma tecnologia criminosa, um modelo criminoso, uma engenharia criminosa foi montada pelo governo anterior. Foi montada nos estertores do governo anterior. Nós conseguimos desbaratar essa fraude”, enfatizou.

Ele afirmou que o INSS e a Dataprev — estatal que presta suporte tecnológico à Previdência — foram desmontados pelo governo Bolsonaro. A Dataprev, inclusive, foi incluída no rol de empresas para serem privatizadas, o que não ocorreu. Sem citar nomes, o ministro rebateu o vídeo crítico publicado na terça-feira pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que ultrapassou a marca de 100 milhões de visualizações, no qual o parlamentar chamou o episódio de o “maior escândalo de corrupção

da história do país”.

“Vi que teve um deputado que fez um vídeo ontem (anteontem) com o objetivo de lacrar e causar terror e pânico na população. É importante que ele questione o presidente que ele apoia (Bolsonaro) por que o Ministério da Previdência não adotou as providências necessárias para fazer investigação quando já havia indícios de denúncias de irregularidades”, frisou Messias. “Quero que o deputado que fez um vídeo de ‘lacrção’ pergunte ao ministro da Casa Civil do governo anterior quais foram as providências adotadas quando o Congresso Nacional flexibilizou a regra criada ainda no governo anterior, que garantia a revalidação dos descontos, porque o presidente anterior (Bolsonaro) sancionou essa medida. Então, ele tem de se explicar.”

Nos últimos dias, o governo alinhrou o discurso, sob orientação de Sidônio, para enfrentar as críticas. A liderança do PT na Câmara distribuiu a aliados um documento com pontos a serem atendidos na rede para combater o vídeo de Nikolas e de outros membros da oposição, na linha de responsabilizar Bolsonaro.



Está muito claro que uma tecnologia criminosa, um modelo criminoso, uma engenharia criminosa foi montada pelo governo anterior. Foi montada nos estertores do governo anterior. Nós conseguimos desbaratar essa fraude”

Jorge Messias,
advogado-geral da União

Bloqueio de bens

Além de tentar responsabilizar o governo Bolsonaro no escândalo do INSS, o governo busca mostrar resultados. Na coletiva de ontem, o advogado-geral da União, Jorge Messias, anunciou medidas jurídicas contra associações que teriam participado da fraude no instituto.

Segundo Messias, 12 entidades suspeitas de receber repasse de aposentadorias sem a autorização dos beneficiários terão os bens bloqueados. Essa medida também abrangerá os diretores dessas associações.

“A AGU protocolou uma ação cautelar de bloqueio de bens contra 12 entidades associativas e de seus dirigentes que foram criadas em diferentes governos para lesar aposentados e pensionistas com descontos em folha”, disse o ministro.

O órgão também solicitou à Justiça a quebra de sigilo bancário e fiscal das entidades e dos dirigentes envolvidos. Foi pedido, ainda, o bloqueio de atividades financeiras, o que inclui as operações de cartão de crédito dos diretores dessas associações.

Outra requisição feita pela AGU foi a apreensão dos passaportes de todos os dirigentes das entidades investigadas. Segundo relatos da apuração, há suspeitas de que exista uma estratégia de ocultação patrimonial, o que justificaria o pedido de retenção dos passaportes. “Solicitamos a apreensão dos passaportes de todos os dirigentes dessas entidades. Há suspeitas, a partir de relatos da investigação, de que há estratégia de ocultação patrimonial”, relatou Messias.

Com o objetivo de rastrear e recuperar valores desviados, a AGU fez um pedido de expedição de ofício a corretores de criptomoedas. A intenção, segundo Messias, é localizar e penhorar eventuais valores que as entidades ou seus dirigentes possam possuir em ativos digitais, como criptomoedas. (VC e FAL)

Justiça aguarda resposta; líder reage a Nikolas

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Termina hoje o prazo fixado pela Justiça Federal para que o governo se manifeste sobre os descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. A decisão foi emitida pela 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A medida responde a uma ação popular protocolada pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e pelo vereador curitibano Guilherme Kitler (Novo), que pedem explicações sobre o esquema de fraudes revelado na investigação da Polícia Federal e da CGU.

Segundo os autores da ação,

as irregularidades provocaram um rombo mínimo de R\$ 6,3 bilhões aos cofres públicos — valor que, segundo eles, deve ser ressarcido pela União, pelo INSS e pelo ex-ministro. Também mencionam falta de transparência por parte do governo.

Na terça-feira, Nikolas publicou um vídeo, que se tornou viral, sobre a fraude no INSS, criticando o governo Lula e pressionando por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o escândalo.

A ofensiva de Nikolas foi rebatida pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). Também em vídeo postado nas redes sociais, o parlamentar apresenta outra versão dos fatos,

culpando o governo Bolsonaro.

Segundo Lindbergh, foi a CGU que, ainda em 2019, notificou o INSS sobre fraudes em benefícios. Ele afirmou que o governo Bolsonaro não tomou providências adequadas. O deputado cita diretamente o então ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Previdência na ocasião, Rogério Marinho, além de Onyx Lorenzoni, também ministro da gestão anterior, como responsáveis por não terem agido diante dos alertas.

Já a senadora Damara Alves (Republicanos-DF) apresentou requerimento de informações ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), cobrando explicações e providências

diante das fraudes.

No documento endereçado à ministra Macacé Evaristo, Damara expressa preocupação com o silêncio da pasta. A senadora questiona quais foram as medidas emergenciais adotadas em articulação com o INSS e demais órgãos competentes para identificar e prestar apoio aos beneficiários lesados. Também quer saber se a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência estão conduzindo levantamentos para dimensionar o impacto específico da fraude nesses grupos. Ao **Correio**, o MDHC disse que, “até o momento, não recebeu o requerimento”.

Reprodução redes sociais.



Em vídeo, Lindbergh Farias dispara contra governo anterior